



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1262

MULHERES SEM FILHOS E A REVISTA PAIS E FILHOS: ENTRE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES

Georgiane Garabely Heil Vázquez
(Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Resumo: Este trabalho propõe a análise é baseado nos pressupostos da história de gênero, e visa abordar a ausência da experiência de maternidade. Assim, busca-se problematizar sobre como mulheres não-mães reconstróem suas recordações a respeito da maternidade, ou seja, como elas se colocam diante de tão vasta campanha desfraldada ao longo do século XX em prol da obrigação feminina em ser mãe. Para fins metodológicos esta pesquisa se ancora nos princípios da história oral com o intuito de debater sobre as reconstruções e significações da memória feminina sobre a experiência de não ser mãe. As entrevistas das mulheres não-mães estão divididas em três grandes grupos. O primeiro grupo é ocupado por mulheres que nasceram nas décadas de 1920 e 1930, que nesta pesquisa estão classificadas como de 1º geração. O segundo grupo é composto por mulheres que nasceram nas décadas de 1940 a 1950, que compõem a 2º geração. Já o terceiro grupo é formado por jovens senhoras que nasceram em plena revolução sexual, isto é, nas décadas de 1960 e 1970 e assim iniciaram sua vida sexual e reprodutiva nas décadas após a chamada "revolução sexual", ocorrida na metade do século XX. Com o intuito de verificar a consolidação do estereótipo materno ao longo do século XX optamos por analisar a revista Pais e Filhos, fundada em 1968, esta publicação mensal foi a primeira em território nacional a se voltar exclusivamente para os assuntos da maternidade e da infância. Os exemplares da revista analisados para esta pesquisa compõem a temporalidade de 1968 (data da fundação do periódico), até o ano 2000, data final para o século XX. Enquanto a revista formula um padrão de mulheres sem filhos, articulando-as a imagens de patologia e ao sofrimento, as entrevistas nos mostram a imensa pluralidade existente entre essas mulheres não mães, o que demonstra as infinitas formas de sonhar a felicidade, viver e amar.

Palavras-chave: maternidade; memórias; subjetividades; representações

Introdução

Ao longo do século XX a maternidade foi alvo de uma intensa campanha por parte dos governos e da sociedade de um modo geral, não sendo por acaso que o referido século se consolidou como "o século da criança". Neste sentido, a maternidade não deveria ser definida apenas como um fenômeno biológico (mulheres engravidam porque seus corpos foram concebidos para

isso), mas antes da questão de continuidade da espécie se levantou o argumento da afetividade, do amor materno e incondicional. Se construiu a ideia de que mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, uma de caráter biológico e outra de caráter sentimental.

Segundo Geer (1987) nas sociedades tradicionais a noção de dignidade feminina deriva diretamente do fato de terem filhos, e de preferência filhos saudáveis, para fornecer ao grupo social. Assim, a mulher não-mãe não teria contribuído de maneira significativa para o bom desenvolvimento social. As condenações aumentam se a mulher que não gerou possuísse um vínculo matrimonial e amoroso estável. Sendo casada, uma mulher que chegasse próximo ao fim de sua vida reprodutiva e não houvesse produzido um filho era caracterizada como egoísta e incapaz de sentir o “amor verdadeiro” (aquele entre mãe e filho). Ou então poderia ser vista como uma coitada, uma infeliz, imperfeita e infértil, pois não podia gerar vida.

As mulheres que ficaram a margem deste processo de experiência da maternidade foram rerepresentadas de um modo caricaturesco e até mesmo inferior. Por ser o século XX um período de extrema valorização da criança, a maternidade foi vista como a verdadeira essência da mulher, ou seja, inscrita na própria natureza feminina. Mas para aquelas mulheres que não quisessem ou não pudessem realizar a procriação, os médicos e a sociedade eram implacáveis nas acusações e na marginalização. Eram vistas como um ser físico, moral ou psicologicamente incapazes, além disso, as não-mães, para a literatura médica de até metade do século XX, teriam uma disposição maior para a loucura e a insanidade (ENGEL, 2001). O fato de não desejarem filhos ou de não possuírem condições concretas para gerar crianças tirou dessas mulheres a condição de normalidade. Não cumprindo suas obrigações biológicas e sociais, a esposa, ou simplesmente, a mulher, estava sujeita aos mais variados olhares, indo desde a piedade até a condenação sócio-moral. Isso pode ser estudado seguindo um viés de que

o princípio da vida e fertilidade, animal e vegetal, era o único indivisível. Viver e fazer viver, comer e gerar filhos, esses eram os anseios primários dos homens no passado e serão os anseios primários dos homens no futuro, enquanto o mundo durar. Outras coisas podem ser acrescentadas para enriquecer e embelezar a vida humana, mas a própria humanidade cessará de existir se esses anseios não forem satisfeitos. . (GEER: 1987, 47)

O que se pretende problematizar com esta pesquisa são as formas de reconstrução da subjetividade e da memória feminina sobre a ausência da maternidade. Como as mulheres não-mães se sentiam ao perceberem que chegavam próximas ao fim da vida reprodutiva sem um descendente? Como as mulheres que não tiveram filho lidam com tamanha valorização da maternidade e do bebê ao longo do século XX? Como se perceberam a partir da perspectiva do grupo social diante de sua condição de não-mãe? E quais os impactos das construções sócio-culturais sobre a maternidade na subjetividade das mulheres não-mães?

Desta forma, este trabalho trás memórias e representações de maternidade e de não maternidade de mulheres que pertencentes a diferentes grupos sociais, para desta forma conseguir retratar, ao menos parcialmente, a ausência da experiência da maternidade física.

Entender como as representações de maternidade são formuladas, especificamente pela Revista Pais e Filhos e compreender como as mulheres não mães se colocam diante de tais representações é o que almeja este trabalho.

2- Mulheres sem filhos e a Revista Pais e Filhos

Ao se pensar em possibilidades do debate histórico acerca da memória feminina sobre a ausência de maternidade, acredito que a priori, deve-se refletir sobre a importância da maternidade e do papel sócio-cultural da mulher-mãe no decorrer do século XX. Esse século é um período histórico de extrema valorização da criança, no século em questão, “as crianças tornaram-se mais caras, mais escassas, mais valiosas, mais indisciplinadas e até mais poderosas” (THERBORN:2006, 334). Desta forma, acredito ser um dos eixos norteadores da pesquisa proposta entender como se consolidou a valorização da maternidade no século XX. A vinculação da mulher completa à imagem da mãe protetora foi feita por diferentes discursos, dentre eles os referente ao campo médico e da imprensa.

Se tratando da imprensa, a análise sobre a Revista Pais e Filhos desde seu início, em 1968, até o final da década de 1990 nos possibilitou verificar a

articulação feita entre felicidade feminina e maternidade. Entender como a revista mais antiga do país da área da gravidez e maternagem constrói saberes supostamente educativos para as grávidas e para as mães é de vital importância para debatermos a importância da maternidade nos últimos anos.

Para Foucault (1985) a sociedade moderna foi demarcada pelo paulatino processo de educação de corpos. Assim se percebe que as intervenções dos saberes sobre os corpos tem sido uma constante na contemporaneidade. As mulheres e seus corpos passaram por este processo de interferência de forma mais intensa por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Este momento singular na vida feminina deixou de ser assunto de cunho privado exclusivamente e, se transferiu para a esfera pública.

De acordo com as considerações de Schwengber (2007) a politização da maternidade e até mesmo dos corpos grávidos ganham espaço no contexto de um artefato específico da mídia brasileira, a revista Pais e Filhos. Este fato demonstra a importância que a mídia assume, ocupando posição de destaque no processo de constituição de sujeitos contemporâneos e suas subjetividades. É importante destacar que para a revista Pais e Filhos a mulher e a mãe não convivem no mesmo corpo, pois o exercício da maternidade exigiria tamanho grau de dedicação e abdicção que toda a estrutura sexual da mulher ficaria comprometida. Além disso, a revista realizou uma importante articulação entre medicina e maternidade, na medida que nos primeiros anos de sua publicação os saberes do discurso médico eram proeminentes, definindo-se como o discurso que respondia de forma quase absoluta, pelo processo da gravidez e dos cuidados com os bebês.

Todavia, um fato peculiar parece ter ocorrido na sociedade em geral com relação ao ato de ter filhos, pois ao mesmo tempo em que se verificou constante valorização da gestação, da maternidade e da criança, se processou um paulatino declínio na taxa de natalidade, principalmente na segunda metade do século XX em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. A família brasileira se transformou, segundo os dados do IBGE (censo 1940-2000), a taxa de fecundidade vem diminuindo sistematicamente pois nas décadas de 1940-1960 estava em torno de 6.0; em 1970 passou para 5.8; em 1980 foi para 4.4; em 1991 para 2.9; e em 2000 caiu para 2.3. Além das mudanças quantitativas, também mudou a natureza das relações e, ao

despontar do século XXI, a fórmula tradicional- pais e filhos morando sob o mesmo teto-, embora ainda seja majoritária, deixou de ser o único modelo.

Este fato torna a maternidade um assunto de cunho público, pois a família passou a ser vista como uma instituição política, antes que privada. Dentro desta linha de argumentação se percebe que o núcleo familiar foi caracterizado como elemento fundante da nação, ou seja, célula ímpar de sustentação de toda a rede social. Esta concepção acerca da importância da família foi elaborada em meados dos oitocentos, todavia foi o século XX que concretizou e disseminou tal representação familiar.

As mulheres, de um modo geral, foram muito férteis até a metade do século XX. A cultura de valorização da família numerosa, assim como a inexistência de práticas anticoncepcionais seguras, facilitava o grande número de filhos nas famílias do período. Porém, a década de 1960 apresenta-se como um divisor de águas na política da fertilidade humana. A chamada “Revolução Sexual” que veio acompanhada do advento da pílula e posteriormente de outros métodos contra a gravidez aumentou o controle feminino sobre seu próprio corpo, diminuiu o número de crianças e em consequência as mulheres passaram a ser menos vezes mães, ou nos casos que se pretende estudar aqui, nunca chegaram a ter filhos. (THERBORN:2006)

Para se entender este fenômeno da “transição demográfica” a respeito da natalidade, a revista Pais e Filhos, também é de grande valia, pois em seus excertos se pode verificar o convite feito pelo periódico às mulheres para responsabilizarem-se por parte do sucesso da gestação e do ser humano que será colocado no mundo. A revista, a partir de fins dos anos de 1970, mas sobretudo na década de 1980 acentua a concepção de que “a melhor mãe não é a que tem muitos filhos, mas a que tem menos filhos e cuida dele”, ou ainda “ter um filho, desde que seja um modelo exemplar da raça humana, vale por vinte imperfeitos” (Revista Pais e Filhos, n 138 p 20-21).

As entrevistas foram divididas em grupos. O primeiro grupo, que chamo de primeira geração, nasceu nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, são mulheres nascidas ainda na primeira metade do século XX e que portanto iniciaram sua vida sexual-reprodutiva antes da revolução sexual. O segundo grupo, ou segunda geração de mulheres, nasceu nas décadas de 1940 e 1950 mas iniciou sua vida sexual-reprodutiva em plena revolução sexual. Já o

terceiro grupo, que nasceu nas décadas de 1960 e 1970, iniciou a vida sexual após a revolução sexual e, muitas das mulheres pertencentes a este grupo ainda possuem condições biológicas de gerarem filhos. Porém, por motivos variados ainda não viveram a experiência ou simplesmente optaram pela não-maternidade, vista a grande quantidade de métodos anticoncepcionais existentes. É necessário destacar que este segmento feminino apresentado aqui foi escolhido por não ser mãe e, deste modo, fatores como posição social ou econômica e local de nascimento não foram vistos como determinantes no momento da seleção dessas mulheres das entrevistadas. O fato de não poder ser mãe ou então de não querer ser mãe, também não foi determinante na escolha, tendo em vista que o objetivo de análise é justamente apresentar a pluralidade existente entre as mulheres não- mães.

No ambiente cultural de estímulo a maternidade e supervalorização do bebê, a perda da capacidade reprodutiva possui uma conotação bastante negativa elaborada tanto pelo discurso médico, que caracterizou as não-mães com maior possibilidade de câncer no útero ou mesmo com maior possibilidade de depressão na idade madura, como também pela sociedade em geral, que veiculava pela imprensa ou mesmo através do senso comum a ideia de valorização do feminino a partir da maternidade. A missão sócio-cultural da mulher esteve fortemente vinculado a idéia de “rainha do lar”, pois o papel de mãe tem sido definidor da posição da mulher na sociedade. “A sua capacidade reprodutiva é essencial para ela enquanto ser social”(HARDY: 1992, 313) . Dentro desta perspectiva, com o avanço da idade e a conseqüente chegada da menopausa todos os atrativos apontados como femininos vão desaparecendo. Contudo, é necessário se ter clareza de que “a menopausa e o envelhecimento fazem parte de um processo biológico inexorável, quando todas as fêmeas da espécie humana param de produzir hormônios, significando somente o final da vida reprodutiva e não o fim da vida ”(AMARAL,2002, 142). Destarte, o processo biológico da menopausa deveria ser visto como mais um dos inúmeros ritos de passagem que os antropólogos apontam no decorrer da vida humana, e não como uma crise profunda. O período da menopausa é uma fase de transição e não um período de “crise de produção,” pois as capacidades femininas e o papel efetivo da mulher em toda a teia de relações sociais não

podem mais serem determinados pela capacidade ou incapacidade feminina em “produzir crianças”.

Todas as mulheres selecionadas para este estudo já atravessaram ou estão próximas do climatério, e analisar a chegada a este momento vital, sem a geração de um filho, foi o cerne desta proposta de pesquisa. Devo mencionar que estabeleci o contato com parte deste grupo feminino me utilizado das redes sociais de convivência, ou seja, elaborei junto com as mulheres mais velhas da minha família uma listagem de parentes, conhecidas e amigas que nunca tiveram filhos.

Sabe-se que o trabalho com a oralidade e a memória é árduo. É evidente que a qualidade da entrevista, e por seqüência, da pesquisa como um todo, depende de uma série de variáveis e dentre elas, o envolvimento do entrevistador. Deste modo, o historiador que se propõe a realização de uma pesquisa com base em fontes orais deve reconhecer o envolvimento da subjetividade que há em qualquer fonte histórica e a sua própria subjetividade ao analisá-las (JOUTARD:2002).

É necessário salientar que vários estudos com história oral advertem que a rememoração do vivido não traduz a existência de um dado imediato à percepção (o efetivamente realizado), pois na verdade o que ocorre é um ato cognitivo por parte do indivíduo que está recordando situações vividas num momento anterior de sua vida, todavia, agora encontrando-se numa posição de distanciamento perante aquele período. Assim, o ato de lembrar não significa reviver o ocorrido . Antes de tudo, lembrar é reconstruir com os valores e significados de atualidade os acontecimentos e sentimentos passados. Portanto, o resultado dessa rememoração configura-se como uma atribuição de sentido efetuado pelo indivíduo às suas experiências passadas. (BOSSI:1994)

Neste sentido, as reflexões sobre história oral e memória empreendidas por Paul Thompson e Maurice Halbwachs foram importantes para compreendermos a pluralidade de formas como as mulheres não-mães se narram. Thompson(1990), de forma geral, discute a necessidade do uso dos procedimentos da história oral que certamente constituem-se em um meio de transformar tanto o conteúdo quanto à finalidade da história, posto que devolve às pessoas que a fizeram e vivenciaram um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. Neste sentido, por meio das entrevistas, as mulheres

puderam refletir sobre suas escolhas e dilemas com relação a não maternidade. Por seu turno, Halbwachs (1992) aponta que as situações vividas e rememoradas pelos entrevistados não fazem parte unicamente da memória individual. De acordo com suas considerações, a memória de cada pessoa possui uma relação indissociável com o grupo ao qual a mesma pertencia e estava, não somente física, mas, sobretudo afetivamente ligada. Assim, a memória se fundamenta como um recurso individual e social, construída de forma coletiva no desenvolvimento das ações de atores sociais. E é amparada nesta concepção sobre as narrativas feitas pelas mulheres representam não apenas suas experiências sobre o fato de não ser mãe, como também apresentam e ou debatem estereótipos a respeito de sua condição. Foi comum ouvir nas entrevistas frases do tipo “eu não sou insensível”, ou então “eu não quero e não tenho tempo para cuidar de criança” e logo na sequência a complementação “nossa, deixa eu explicar de outra forma, não quero parecer fria”.

Assim as entrevistas acabaram por estabelecer uma relação entre a memória das mulheres e a construção de parte de suas subjetividades como não-mães. Neste sentido, as reflexões de Pollack(1992) se apresentam como válidas para esta pesquisa na medida em que ao relembrem e narrarem as experiências de ausência de maternidade estas mulheres vão necessariamente construir e reelaborar uma imagem sobre suas próprias subjetividades, sobre quem são. Constatase deste modo uma ligação entre a memória e o sentimento de identidade (vista sempre como algo plural e não fixa). Ao narrar, usando os subterfúgios da memória, o indivíduo elabora uma criação de sentido sobre a imagem de si, para si e para os outros. Seguindo neste viés se percebe que nos acontecimentos vivenciados pessoalmente na coletividade, os personagens e os lugares constituem elementos da memória, e podem ser reformulados, repensados e resignificados. Assim, a memória é um elemento constituinte do anseio da construção e afirmação dessas mulheres. Ao relatarem seus cotidianos de não mães e suas tentativas ou não de engravidar ela se reconstruíram e principalmente, mostram sua pluralidade.

Um chorando, pelo desejo do filho que nunca veio, outras rindo pelas inúmeras possibilidades que a ausência de um filho lhes trouxe. Enfim, narram-

se, repensaram-se e se construíram. Não apenas se construíram como não-mães, mas como seres humanos, complexos portanto.

8

Referencias

AMARAL, L. Menopausa: uma crise de produção? In: ADELMAN, M. e SILVESTREIN, C. (org) **Gênero Plural**. Curitiba: UFPR, 2002.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (org). **Tratado de Sociologia**. Tradução Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOSSI, E. **Memória e Sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

DUBY, G. imagens da mulher. In DUBY, G; PERROT, M. **Imagens da mulher**. Porto : Afrontamento, 1992.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M D. (org)**História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

FOUCAULT, M **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1985.

GREER, G. A importância da fertilidade. In: _____ **Sexo e destino**. Política da fertilidade humana. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HARDY, E. Climatério: implicações sociais. **Revista Feminina**, São Paulo, 1992.

PEDRO, J. **Práticas Proibidas, Práticas Costumeira de aborto e infanticídio**. Século XX. Florianópolis, 2003.

POLLACK, M. Memória e Identidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 200-215, 1992.

SCHWENGBER, M.S.V. Distinções e articulações entre corpos femininos e corpos grávidos na Pais e Filhos. IN: **História: questões e debates**. Parto e Maternidade. N 47, ano 24. 2007.

THERBORN, G. **Sexo e poder**. A família no mundo. 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: **História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAZQUEZ, G. **Mais cruéis que as própria feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o XX**. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2005.

VELHO, G. **Desvios e divergências**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.